
RELANCE SOBRE O EUROCOMUNISMO

RELANCE SOBRE O EUROCOMUNISMO (1)

1. A adopção, nos meados da década de 20, da teoria estaliniana do «socialismo em só um país», implicando a concentração de esforços dos diferentes partidos comunistas nacionais na defesa prioritária do «bastião soviético», constituiu um ponto de viragem fundamental na história do comunismo internacional.

Arrogando-se para o seu país a condição indisputada de Estado-guia do movimento comunista mundial, o Partido Comunista da União Soviética impôs total domínio no seio da Internacional Comunista, para a qual transpôs a prática de monolitismo já consagrada no plano interno.

2. O modelo das relações assim instituído, levando os partidos nacionais a seguirem com total fidelidade a linha política da direcção estaliniana, sobreviveu às alterações de índole sobretudo formal consubstanciadas na dissolução do Komintern em 1943, depois do Kominform em 1956.

Extinto o organismo oficial de ligação entre os diferentes partidos comunistas, nem por isso se pôs termo à tese da supremacia indiscutível do partido soviético.

3. A afirmação pelos comunistas jugoslavos de uma via nacional para o socialismo constituiu o primeiro ataque frontal à visão da sistemática subordinação ao partido-guia. E a resistência oposta pela União Soviética à generalização do cisma envolveu a implacável repressão das divergências ideológicas emergentes nos partidos subordinados.

Mas a verdadeira divisão do movimento comunista internacional só surgiu quando o Partido Comunista Chinês passou a sustentar uma doutrina própria, convertendo-se num pólo de impulsão rival do soviético.

4. Nos seus fundamentos teóricos, o chamado «eurocomunismo» não pode deixar de associar-se à formulação da tese do «policentrismo». Inspi-

(1) Comunicação apresentada no Seminário da Associação do Tratado do Atlântico, realizado em Lisboa, em Maio de 1978.

rando-se criticamente na revelação das imperfeições do modelo soviético, trazidas à luz no XX.º Congresso do P. C. U. S., Palmiro Togliatti defendeu a necessidade de articulação do movimento comunista internacional em conjuntos regionais identificados pela similitude de situações a enfrentar. Era a recusa do monolitismo e a porta aberta para a afirmação generalizada de caminhos nacionais para o comunismo.

5. Esta breve nota histórica da evolução do movimento comunista internacional é indispensável à compreensão da complexidade do fenómeno vulgarmente designado por «eurocomunismo» e à tentativa de delimitação dos seus contornos.

E desde já se pode discordar da possibilidade de teorização do conceito, pois o que se observa é tão-somente *uma tendência, assumindo intensidades e estilos muito diferentes de país para país, para a autonomização dos respectivos partidos comunistas nacionais em relação ao seu homólogo soviético.*

E, deixando de lado as afirmações de independência, plena ou parcial, dimanadas de partidos que se apresentam como detentores únicos do poder (caso dos da Jugoslávia e da Roménia), o problema cinge-se, afinal, na prática, à análise de *três casos de partidos comunistas inseridos no contexto de democracias pluralistas* — os da Itália, Espanha e França —, já que os demais partidos dos países ocidentais europeus ou não têm projecção significativa na vida política dos respectivos Estados ou, tendo-a, como sucede em Portugal, se mantêm fiéis ao dogma do papel-piloto do partido soviético.

6. O debate em torno do «eurocomunismo» tem-se centrado na questão do *grau de sinceridade posta pelos partidos em causa na sua conversão ao sistema de valores próprio da democracia ocidental* — questão sobre a qual não pode deixar de planar uma dúvida, pois se trata de um campo em que, como é óbvio, só a vivência prática do poder elucidaria em definitivo sobre a real intenção de conformidade com a regra essencial da *alternância*, inerente à concepção democrática do pluralismo de poder aberto a todas as renovações dimanadas da vontade popular, expressa no sufrágio universal.

7. Não existe uma ligação *necessária* entre os dois aspectos: o da autonomia em relação ao partido-guia e o da inserção no sistema democrático ocidental. O caso romeno — situado, é certo, fora do nosso campo

de referência — ilustra o exemplo de um partido tendencialmente voltado para um comunismo de direcção nacional, e nem por isso menos estalinizante.

Mas a verdade é que na conjuntura política da Europa Ocidental dos nossos dias se verifica uma imbricação dos dois planos, embora não correspondendo a um padrão invariável.

8. E é assim que surge uma segunda dúvida: a de saber *até que ponto, no desenvolvimento do processo que alguns chamam de «social-democratização», os partidos comunistas da Europa Ocidental não serão conduzidos, quase insensivelmente, a uma mudança de natureza que, na condição de ser acompanhada da quebra total das relações privilegiadas com o ex-centro único, lhes pode vir a destruir, em última análise, a própria essência comunista.*

9. Até ao presente, nenhum dos partidos comunistas ocidentais usualmente associados ao «eurocomunismo» terá transposto, no processo de autonomização em relação ao Kremlin, o ponto de não reversão correspondente ao desaparecimento dos laços específicos com a União Soviética.

Testemunham-no o alinhamento com posições sustentadas por Moscovo em importantes áreas de política externa, a visível preocupação de dosear as críticas dirigidas ao modelo burocrático soviético, o próprio facto da presença (ainda que discordante) na recente conferência dos países comunistas da Europa e, enfim, a manutenção do «centralismo democrático» como tipo de organização interna.

De resto, a própria necessidade de afirmarem a sua identidade específica tem levado esses partidos a não franquearem determinados limiares no processo de social-democratização.

10. Mas não é por acaso que os países ocidentais em que os partidos comunistas têm menor expressão são precisamente aqueles em que se observa um *acordo fundamental sobre a concepção da sociedade* — permitindo o funcionamento efectivo dos mecanismos de alternância, sem, de cada vez, se pôr em jogo o próprio sistema político-social.

A hipótese de transposição dos últimos estádios do processo de social-democratização por parte de um partido que antes se reclamava do marxismo revolucionário não é de excluir inteiramente. Mas tal alteração qualitativa suporia, de um lado, que as condições económicas evoluíssem em termos de prosperidade geral, por forma a se evitar a radicalização e a erupção de tensões sociais; e, de outro lado, que fosse superado o peso que representa

o próprio aparelho burocrático do partido e os interesses e posições constituídos à sua volta.

Ora, no presente condicionalismo da economia mundial, o primeiro requisito, pelo menos, é de muito problemática realização.

11. A análise da «degenerescência estaliniana» por Santiago Carrillo, envolvendo a crítica sistemática da ditadura burocrática soviética, onde chega ao ponto de encontrar semelhanças formais com totalitarismos fascistas, e deixando de pé a interrogação sobre a possibilidade de o Estado soviético se converter na «democracia operária» correspondente à pureza dos ideais marxistas, revela o caminho percorrido pelo dirigente comunista espanhol no seu distanciamento em relação ao comunismo soviético.

Profundamente significativa é, por outro lado, a justificação da austeridade por Enrico Berlinguer, como «ocasião de um desenvolvimento económico e social novo», justificação em que os marxistas radicais vêm uma culposa contemporização com a sociedade burguesa, pela adopção consciente de um programa de conciliação entre as classes, que se reconduziria, afinal, a uma colaboração decisiva na própria salvação do capitalismo.

12. Se as revisões de estratégia dos partidos comunistas, levadas a efeito pelas respectivas direcções espanhola e italiana, em cuja fundamentação teórica transparece a visão gramsciana da «hegemonia», interpretada como conquista gradual dos poderes através do próprio aparelho da democracia burguesa e da penetração no tecido social, não tornam difícil considerar aqueles partidos como achando-se envolvidos em experiências «eurocomunistas», já o mesmo não se passa em relação ao Partido Comunista Francês, propenso a viragens bruscas de atitude e, até por isso, particularmente pouco convincente quanto à adopção definitiva de um modelo de essência não estaliniana.

13. Manifesta-se aqui, sem dúvida, a *especificidade dos condicionalismos nacionais* — em particular no que se refere aos diferentes padrões de distribuição do espaço político pelas principais formações partidárias.

Flanqueado por uma formação socialista poderosa, o Partido Comunista Francês terá preferido sacrificar a possibilidade de vitória da união de esquerda à perda de credibilidade que, junto do movimento operário, lhe poderia acarretar a renúncia às visões maximalistas correspondentes às exigências de um partido revolucionário.

A inflexão no sentido da intransigência dogmática, conjugada com a derrota da esquerda nas últimas eleições francesas, e a posição relativamente marginal detida pelo Partido Comunista Espanhol no contexto do respectivo eleitorado conferem particular peso ao *caso italiano* — *único em que se põe, em termos de ressonância prática imediata, o problema do exercício do poder por parte de um partido comunista desestalinizado.*

14. Embora o Partido Comunista Português se mantenha numa linha ortodoxa de rejeição do policentrismo e de fidelidade ao seu mentor soviético, manifestada quer no alinhamento em posições de política externa (avultando o não europeísmo), quer na abstenção de identificar e estigmatizar o desvio burocrático, quer ainda no monolitismo das suas próprias estruturas internas, o malogro da estratégia de assalto desenvolvida em 1975 (anacrónica revivescência da experiência da revolução russa) forçou-o a adoptar o jogo mais subtil da paciente «guerra de trincheiras» executada através da penetração progressiva no corpo social, que se reconduz às concepções dominantes do marxismo ocidental.

A sua actual estratégia compreende a proposta de um «frentismo» de raiz parlamentar, do tipo daquele que, pelo seu comportamento, o Partido Comunista Francês condenou à inviabilidade no seu país; e chega mesmo ao ponto de se arvorar em campeão da nova legalidade constitucional, mercê da leitura que faz do texto da lei fundamental em termos de considerar superado o estádio do «capitalismo de monopólios», comum aos países ocidentais que não passaram por um período revolucionário como o português.

15. Não obstante a sua não desmentida vassalagem ao partido-guia, o Partido Comunista Português vai, pois, apresentando alguns laivos das concepções que gradualmente foram dominando a «praxis» do seu homólogo italiano.

Trata-se, porém, de uma evolução muito lenta, porventura não representando senão uma reacção de consolidação ou uma tática de diversão, sem abandono do esquema de conquista revolucionária do poder.

No essencial, o Partido Comunista Português continua a apresentar-se como uma organização ossificada, intransigente no seu dogmatismo maniqueísta, propensa a antepor a irreabilidade ideológica à realidade concreta, ligada a uma visão da «vulgata» marxista que é talvez de estranhar possa ter sobrevivido no ocidente europeu dos nossos dias.

16. Observadas de um país tão debilmente tocado pela renovação do movimento comunista, as versões italiana e espanhola do que se convencionou chamar «eurocomunismo» configuram-se como processos ainda em desenvolvimento, caracterizados por uma ambiguidade fundamental quanto à verdadeira natureza ou ao destino final do processo de social-democratização, resultante da combinação do policentrismo com a adopção de uma linha reformista e pluralista.

17. Aquela ambiguidade está, de resto, associado o risco de ilusão do eleitorado quanto à autenticidade das novas posições assumidas por partidos que contam com uma longa tradição de ideologia revolucionária. Deste ponto de vista, mostra-se menos inquietante a ortodoxia de partidos que, como o português, se atêm a uma concepção ideológica definida.

18. Fonte de dúvidas e de preocupações — porventura ainda maiores as últimas na óptica dos dirigentes soviéticos, pelo efeito de exemplo sobre os partidos comunistas das nações militar e politicamente enfeudadas a Moscovo —, o «eurocomunismo» não pode erigir-se em sistema estável de organização da sociedade.

Falta-lhe, para tanto, mercê da sua híbridez, aquele mínimo de precisão de contornos correspondente à identificação de um verdadeiro espaço político, ao contrário do que sucede com a visão estaliniana ortodoxa ou com o ideário social-democrata, expressa ou implicitamente assumido.

Corresponde, afinal, a um segmento de uma experiência ainda em curso, na qual seria ingénuo, ou prematuro, ver a aceitação, por parte de forças tradicionalmente portadoras de um ideal revolucionário, do acordo fundamental quanto à concepção da sociedade ocidental democrática.

Paulo de Pitta e Cunha
Professor da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa